



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO
PORTUGAL HOJE	DIÁRIO POPULAR
CORREIO DA MANHÃ	DIÁRIO DE LISBOA
DIA	CAPITAL
DIÁRIO	TARDE
A TRIBUNA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	
JORNAL DE NOTÍCIAS	

18 JAN 1980

# REPROVADAS MOÇÕES DE REJEIÇÃO

## GOVERNO EXIGE CONFIANÇA

**T**ERMINADO o debate do Programa do Governo com a derrota das duas moções de rejeição apresentadas, respectivamente, pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista Português, Sá Carneiro apresenta na Assembleia da República, para discussão e votação, uma moção de confiança, considerando que na opinião do Governo «não deve bastar que uma maioria parlamentar tenha recusado a aprovação de uma ou várias moções de rejeição do Programa do Governo, demonstrando assim, implicitamente, a sua concordância com o conteúdo deste e, portanto, que nessa ordem de ideias importa também que a Assembleia da República atribua positivamente a sua confiança ao Governo e reconheça expressamente que ele tem as condições necessárias para executar as medidas políticas e legislativas constantes do seu programa».



Por OLIVEIRA FIGUEIREDO



dação Cuidar o Futuro

Pedro Roseta (P.S.D.) e Mário Soares (P.S.): a maioria e a oposição em diálogo

Votaram favoravelmente a moção de rejeição do P.S. 72 deputados socialistas (faltaram Jaime Gama, doente, e Miranda Calha, impedido), 44 do P.C.P., três do M.D.P. e o deputado da U.D.P., num total de 120. Contra votaram os 75 deputados do P.S.D., 43 do C.D.S., cinco do P.P.M. e cinco independentes reformadores, num total de 128, todos os quais constituem a maioria.

O resultado da votação da moção de rejeição do P.C.P. foi idêntica, à excepção do voto dos socialistas, que foi de abstenção.

### Razões de uma abstenção

Tinhamos a certeza de que os comunistas votariam favoravelmente a moção de rejeição do P.S., que os três deputados do M.D.P. se pronunciarão a favor das duas moções, assim como Mário Tomé, da U.D.P. Colocávamos reticências quanto ao sentido do voto dos socialistas na moção de rejeição apresentada pelo P.C.P., embora inclinados a aceitar que a votassem positivamente. Todavia isso não aconteceu, os socialistas responderam com uma abstenção ao voto favorável dos comunistas à sua própria moção.

José Luís Nunes, na declaração de voto explicaria essa posição do seu grupo parlamentar, afirmando que «na verdade, a oposição que pretendemos conduzir funda-se num projecto próprio que é diferente daquele que o P.C.P. pretende aplicar».

### Não há benefício da dúvida

Antes, e de certo modo respondendo à última intervenção do Primeiro-Ministro que censurara o facto de a oposição não lhe ter concedido o benefício da dúvida e ter apresentado a moção de rejeição (no caso do P.S.) mesmo antes de conhecer o programa, José Luís Nunes disse: «Apresentámos e votámos uma moção de rejeição, porque não concedemos ao Governo o benefício da dúvida. O Governo foi claro não só no seu programa mas também e sobretudo na intenção ideológica que o anima e acciona. Fomos igualmente claros! Recusamos o Governo recusando o seu programa e assumimos-nos claramente como oposição! Ao Governo exigirá o seu eleitorado que governe, cumprindo o programa na base do qual foi eleita a maioria governamental. A oposição exigirá o povo português que controle os actos do Governo na base da defesa inequívoca do interesse nacional».

### «Demagogia, revanchismo e repressão»

Por sua vez o deputado comunista Dias Lourenço declarava após a votação: «Votámos a rejeição do programa porque no meio das suas promessas demagógicas se inscreve toda uma acção conducente ao agravamento da situação das classes trabalhadoras, das condições de vida do povo, da crise económica, das dificuldades dos pequenos e mé-

dios agricultores, comerciantes e industriais e de outras camadas e sectores da população, nomeadamente das mulheres, da juventude, dos reformados, pensionistas e deficientes. Votámos a rejeição do programa porque ele aponta ao revanchismo e à repressão, à agudização das tensões e conflitos políticos, económicos e sociais e entre os órgãos de soberania».

### Voto de confiança

Entretanto o Governo deliberou solicitar a aprovação de um voto de confiança, interrogando: «Considera a Assembleia da República que o Governo merece a sua confiança e tem as condições necessárias para executar, de forma cabal, o Programa que acaba de passar na Assembleia, por força da rejeição das moções apresentadas pelos grupos parlamentares do Partido Socialista e do Partido Comunista Português?»

### «Governo não enche a boca de Abril»

«O Governo não vai encher a boca de Abril, mas tudo fará para o realizar», começou por afirmar o Primeiro-Ministro no discurso de encerramento do debate, discurso inteiramente de improviso e durante o qual procurou responder a algumas perguntas que a oposição tinha colocado durante a discussão do Programa do Governo e ainda não tinham sido respondidas.

Refutando as alegações da oposição acerca do «curto mandato» e «escassa maioria», para procurar limitar a acção do Governo, Sá Carneiro disse que tais argumentos «não são obstáculos para um Governo que é forte precisamente graças à maioria e só se pode sentir frágil perante a enormidade dos problemas a enfrentar».

Dos graves problemas a enfrentar, Sá Carneiro salientaria o decorrente do agravamento do preço do petróleo que em 1979 foi adquirido a um preço médio de 45 dólares o barril e este ano o será a mais de 120 dólares.

### «Deixem funcionar as instituições»

O Primeiro-Ministro diria noutro passo que «por detrás de muitas vezes alegado respeito da oposição pela Constituição se esconde a vontade de que o Governo e a A. D. respeitem os desejos de socialistas e comunistas». E dirigindo-se directamente aos dois principais partidos da oposição diz-lhes: «Se têm tanta confiança nas instituições, porque não as deixam funcionar? A decisão sobre o referendo, disse ainda, será tomada aqui, no Parlamento, e os órgãos encarregados de fiscalizar a constitucionalidade das decisões da Assembleia lá estão para avaliar ou não essa decisão. Quem os põe em dúvida: vós ou nós?»

A propósito da decisão governamental no caso do Afeganistão, o Primeiro-Ministro disse que «valeu a pena tomar decisão tão simples, quanto mais não fosse para obter as esclarecedoras referências aqui feitas».

Mas disse também que Portugal tinha de retomar a sua individualidade, o seu modo de estar no mundo, e que para tomar as decisões que tomou não consultou nenhum país estrangeiro. Todavia mantinha-se em consonância com as instâncias internacionais.

Ainda sobre o mesmo assunto e o que se relaciona com os Jogos Olímpicos, Sá Carneiro recordou que as Olimpíadas de 1936 se realizaram em Berlim e depois delas deu-se o que se sabe.

### «Embaixadas são de Portugal»

Mário Soares tinha dito no discurso que proferira um pouco antes que o P.S. apresentaria protesto se Maria de Lurdes Pintasilgo não regressasse à «sua embaixada» na U. N. E. S. C. O. Sá Carneiro respondeu-lhe, agora, desta forma: «O Governo nunca diria que a senhora embaixadora tem de ir para a sua embaixada, porque não é dela. As embaixadas são de Portugal». Disse ainda que o Governo não tenciona «entregar as embaixadas a amigos políticos», como fizeram outros governos.

### Prejuízos na comunicação social

Em resposta às muitas perguntas que foram colocadas sobre a comunicação social, Sá Carneiro respondeu a algumas, começando por dizer que é de 3286 contos o prejuízo diário com as cinco empresas públicas de comunicação social, a saber: RTP, RDP, Anop, Empresa Pública Notícias-Capital e Empresa Pública Século-Popular.

Todavia continuarão a ser subsidiadas, disse, mas o Governo vai acarinhar particularmente a imprensa regional por constituir forte elo de ligação com os emigrantes.

A respeito de «O Século» disse que está na Assembleia o pedido de ratificação do decreto que extinguiu aquela empresa pública e o Governo aguarda da decisão do Parlamento para tomar as medidas ajustadas.

O dr. Sá Carneiro, disse, que para o executivo, «o papel da comunicação social na sociedade é o de um poder independente que tem de se aferir por critérios de verdade e serviço social». «Esses critérios — acrescentou — têm de ser aferidos pelos

profissionais da imprensa. No aspecto de valorização profissional e condições de trabalho dos jornalistas muito há ainda a fazer e muito limitados são os vossos recursos».

### «Discussões perfeitamente inúteis»

«Quanto a mim devia haver uma supressão, pelo menos parcial, destas discussões perfeitamente inúteis e que, de certo modo, fazem descer um pouco do sentido do funcionamento e da utilidade desta Assembleia», afirmou Sousa Tavares na intervenção final do debate, em nome dos deputados independentes reformadores.

O mesmo deputado disse «pensar que a maior lição que se pode tirar desta discussão do programa do Governo não altera as lições que de outros anteriores já temos tirado. É que, em grande parte, elas são discussões inúteis, mas, devo dizer, elas são também uma amostra do amor português à oratória inútil, pois desde o princípio se sabe que o Governo vai governar porque tem uma maioria parlamentar que o apola».

### Impossível alimentar ilusões

«Impossível alimentar ilusões com este Governo», afirmou o deputado Mário Tomé, da U.D.P., igualmente na sua intervenção final.

«O povo sabe que hoje conta com uma Assembleia da República constituída maioritariamente pelos representantes da grande burguesia e do grande capital nacional e estrangeiro. O programa do Governo agora em debate, expõe claramente as opções antipopulares e antinacionais que esta maioria defende e o sentimento revanchista que a anima».

### Só quatro respostas a 50 perguntas

Falando em nome do M.D.P., José Manuel Tengarrinha diria que «por nossa parte, no desejo de vermos esclarecidas importantes questões ocultas, omíssas ou vagas do programa, colocámos mais de 50 perguntas concretas, principalmente nos domínios da política geral e da administração pública, da educação, da economia, da administração, da justiça,

da qualidade de vida e da comunicação social. Apenas obtivemos quatro ou cinco respostas claras».

### Constituição de reservas e distribuição de terras

«A constituição das reservas, a distribuição de terras ou, melhor, de unidades de exploração por trabalhadores ou agricultores, bem como a recuperação de montes e aldeias, reconstruindo comunidades rurais, deverão ser objectivo do sexto Governo», afirmou Ribeiro Teles, em nome do grupo parlamentar do P. P. M., ao mesmo tempo que manifestava plena confiança e dava pleno apoio ao Governo presidido por Sá Carneiro.

### Axioma ao contrário

Para Lucas Pires, encarregado da intervenção final do C. D. S., «este debate foi curioso. Normalmente, política é, para o Governo, a arte do possível e para a oposição a arte do desejável. Neste debate foi ao contrário. Os cépticos, os cautelosos, estiveram do lado da oposição. Os velhos do Restelo, a reacção, afinal, esteve do lado do P.C.P. e do P.S. Foram eles que disseram que o Governo ia depressa de mais e que se fosse necessário ameaçavam fazê-lo tropeçar».

### Liquidar o regime democrático

Segundo as palavras de Álvaro Cunhal, o orador do grupo parlamentar do P.C.P. no último dia do debate, «do Programa do Governo e das intervenções feitas resulta com toda a nitidez o projecto do Governo e da conjuntural maioria desta Assembleia, liquidar o regime democrático e as suas grandes transformações e conquistas, restaurar o poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários, instaurar um novo sistema político evoluindo mais ou menos rapidamente para uma ditadura».

### Executivo foge para a frente

Na opinião de Mário Soares, ao referir-se ao Programa em debate, parece evidenciar-se da parte do Governo o propósito de «fugir para a frente buscando no confronto institucional alibi para não cumprir as promessas eleitorais».

Noutro ponto do seu discurso, afirmou: «Não pediremos ao Governo o impossível baseados na letra das suas promessas eleitorais mas esperamos que seja capaz de evitar a degradação do poder de compra da população, visto que tem agora condições para o conseguir».

### Majoria clara e coesa

Também Carlos Macedo, pelo P.S.D., afirmou: «Pela primeira vez nos últimos cinco anos, tem Portugal um Governo apoiado por uma maioria clara e coesa que lhe garante segurança, eficácia e capacidade de resposta, para iniciar uma nova etapa do processo democrático».

### Reformadores votam contra

Por sua vez, os reformadores, que não constituem ainda grupo parlamentar, apresentaram uma declaração de voto por escrito, assinada por Medeiros Ferreira, em que recordam o seu comprometimento com o P.S.D. no sentido de viabilizar a formação e manutenção de um governo maioritário saído da A. D.

Os reformadores reafirmam também que «estão esperançados na obra deste Governo» no tocante à preparação da «própria evolução do regime democrático, através da apresentação de propostas de lei sobre alterações às leis eleitorais».

Aludindo à moção de rejeição do P.S., contra a qual votaram, os reformadores classificaram-na de «estéril e inconsequente em termos políticos».

«De facto — acrescenta-se na declaração — e contrariamente aos deputados reformadores, o P.S. capricha em manter uma posição isolada e não faz acompanhar a sua moção de rejeição de qualquer proposta de alternativa maioritária».